

A Geração de Inteligência Coletiva para os pequenos negócios pela via dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Luís Borges Gouveiaⁱ

Professor Catedrático da Faculdade de Ciência e Tecnologia

Universidade Fernando Pessoa

lmbg@ufp.edu.pt

Valéria Pessoa de Queiroz Barrosⁱⁱ

Doutoranda em Ciências da Informação

Universidade Fernando Pessoa

vpessoadequeiroz@gmail.com

Resumo

Falta apenas uma década anos para a chegada de 2030 e vivemos na era da transformação digital e dos seus inúmeros desdobramentos. Praticamente todas as áreas da atividade humana e social serão afetadas. Neste sentido, a evolução das relações será cada vez mais baseada na economia partilhada. Os negócios de impacto social e ambiental surgem como uma via alternativa para o fortalecimento da economia coletiva e inclusiva, baseada na geração de negócios inovadores com o propósito e benefícios em larga escala para as populações com menor rendimento, além da construção de relações sociais e empresariais baseadas no processo de entrega de valor e resultados transformadores para todos os *stakeholders*. Pretendemos abordar aqui os desafios apresentados pelos objetivos de desenvolvimento sustentável, a sua relação com a geração de inteligência coletiva e de valor para os pequenos negócios de impacto social e ambiental na era da transformação digital e a possibilidade de propor uma matriz de relevância para medir a relação dos ODS com as cadeias de valor das empresas.

Palavras Chave: pequenos negócios; inteligência coletiva; desenvolvimento sustentável, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Abstract

The arrival of 2030 is only a decade away and we live in the era of digital transformation and its countless developments. Virtually all areas of human and social activity will be affected. In this sense, the evolution of relations will be increasingly based on the shared economy. Businesses with a social and environmental impact appear as an alternative way to strengthen the collective and inclusive economy, based on the generation of innovative businesses with the purpose and large-scale benefits for lower income populations, in addition to building social and business relationships. This can be achieved based on the process of delivering value and transforming results for all stakeholders. We intend to address here the challenges presented by the sustainable development goals, its relationship with collective intelligence and the value generation for small businesses with social and environmental impact in the era of digital transformation. This work proposes a relevance matrix to measure the relationship between the SDGs and each organization value chain.

Keywords: small businesses; collective intelligence; sustainable development, sustainable development goals (SDG)

1. Introdução e enquadramento dos ODS

Nos dias atuais, o desenvolvimento sustentável é uma discussão primordial, pois os indicadores de sustentabilidade mundiais apontam para graves questões ambientais e sociais em função do aumento populacional e da pobreza, escassez de recursos essenciais para a vida como alimentos e água, e a maior probabilidade de desastres naturais com a elevação da temperatura da terra e a emissão de gases de efeito estufa. Isto afeta diretamente o aspecto económico das nações e em especial de seus setores produtivos e essa discussão culminou em setembro de 2015, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York/EUA, na aprovação, por unanimidade dos 193 países-membros, da Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo a Organização das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável é *“aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”* (Nações Unidas, 2018).

Os ODS são um alerta para que os habitantes do planeta façam a transição para um futuro mais sustentável. Até 2030 todos os habitantes do planeta terão que cumprir com 17 ODS, com um total de 169 metas, para alcançarem um ambiente mais sustentável, seguro e próspero para a humanidade (PNUD Brasil, 2018).

Até ao ano de 2030, há um grande desafio para cumprir: o compromisso de contribuir para um mundo melhor para as pessoas e para o planeta, com iniciativas de impacto positivo, para acabar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar da sociedade, proteger o ambiente e combater as questões climáticas, enquanto 5 pontos-chave essenciais.

O Artigo 1º da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986, estabelece que: *“O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual qualquer pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e usufruir de desenvolvimento económico, social, cultural e*

político, em que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser integralmente realizadas. O direito ao desenvolvimento também implica a completa realização do direito dos povos à autodeterminação, a qual inclui, no âmbito das condições estabelecidas nas Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício ao seu inalienável direito de soberania total sobre todos os seus recursos económicos e naturais” (Nações Unidas, 1986).

Em 2017, quando o nono secretário geral das Nações Unidas, o português António Guterres, assumiu para um mandato de 5 anos, no seu discurso de Ano-Novo, para 2018, ele destacou: “Estreitem laços. Lancem pontes. Reconstruam a confiança reunindo as pessoas em torno de objetivos comuns” (Guterres, 2018).

2. A Inteligência Coletiva como oportunidade de operacionalizar os ODS

Diante do exposto, nota-se a necessidade de ser estimular a comunicação entre a política e os cidadãos, de um modo integrado que permita o exercício de uma sociedade democrática com inteligência coletiva e partilhada e em sintonia com os desafios globais da Agenda 2030. Este alinhamento proporciona uma oportunidade de envolver de forma quer eficiente, mas sobretudo eficaz, as pessoas e as comunidades num esforço conjunto para o desenvolvimento sustentável.

Para Lévy (2003), a inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados. O saber está na humanidade e todos os indivíduos podem oferecer conhecimento; não há ninguém que seja nulo ou não possa contribuir, nesse contexto. Por essa razão, o autor afirma que a inteligência coletiva deve ser valorizada, até pelo seu papel de inclusão e de envolvimento de todas as pessoas. Deve-se procurar encontrar o contexto em que o saber do indivíduo pode ser considerado valioso e importante para o desenvolvimento de um determinado grupo. A coordenação dos saberes pode ocorrer no ciberespaço, o qual não é apenas composto por tecnologias e instrumentos de infraestrutura, mas também é habitado pelos saberes e pelos indivíduos que os possuem (Lévy, 2000). Para este autor, “*o núcleo da engenharia do laço social é a economia das qualidades humanas*” (Lévy, 2003, p. 32). O que reuniria os indivíduos não seria mais a pertença a um lugar ou a uma ideologia, mas, sim, as capacidades de partilha dos saberes individuais, uma vez que as identidades passariam a ser identidades do saber (Lévy, 2003).

Em complemento e conforme definido por Nesta (2019), inteligência coletiva pode ser definida como “*algo que é criado quando as pessoas trabalham juntas, geralmente com a ajuda da tecnologia, para mobilizar uma gama mais ampla de informações, ideias e perspectivas para enfrentar um desafio ou resolver um problema*”. Esta abordagem é particularmente eficaz, quando os desafios são de natureza social. A inteligência coletiva (IC) é o resultado de um processo, de dados, ou tecnologia (por exemplo, por recurso à inteligência artificial) e pessoas trabalhando para a resolução de um problema específico – esta definição acrescenta a dimensão tecnológica e das plataformas digitais, enquanto novas propostas de viabilização da inteligência coletiva, proporcionando o suporte para o seu uso e exploração.

Por sua vez, o conceito de colmeia, resume bem o que podemos esperar de projetos de inteligência coletiva – todas as pessoas e grupos devem reagir com rapidez às mudanças de cenário para uma mesma direção – como abelhas, diminuindo o tempo e aumentando a qualidade de resposta (Cavalcanti, 2007, p. 77). Nessa linha, a estratégia de atendimento aos desafios globais impostos pelos 17 ODS passa pela criação de projetos de inteligência coletiva, com conhecimento desenvolvido em redes de relacionamentos entre as partes interessadas. Os autores destacam sete argumentos encadeados para garantir a lógica de implantação de projetos de inteligência coletiva (Cavalcanti, 2007):

1. Conhecimento gera riqueza;
2. O conhecimento muda segundo o ambiente de rede;
3. O epicentro é formado pelas comunidades em rede articuladas;
4. Comunidades em rede geram Inteligência Coletiva;
5. Inteligência Coletiva gera um novo tipo de conhecimento;
6. Um novo conhecimento gera ainda mais riqueza;
7. Sem Inteligência Coletiva não há riqueza.

O empreendedorismo social é o processo de identificação e implementação de soluções inovadoras para problemas sociais. Os negócios de impacto social têm como premissa além de gerar lucro, resolver ou atenuar um problema social e/ou ambiental da sociedade, especialmente das populações de menor renda. Os modelos de negócios inclusivos estão relacionados diretamente a atender aos 17 ODS e ao crescimento da importância dada à temática dos negócios que geram impacto social e ambiental positivo, da economia compartilhada e de investimentos socialmente responsáveis, assuntos discutidos intensamente no ambiente acadêmico, escolas de negócios, na vida dos consumidores e na agenda de investidores tem despontado no século XXI. Essa discussão foi aprofundada em Barros e Gouveia (2019).

Há um vasto caminho de oportunidades para fomentar uma agenda sustentável e coletiva para os próximos anos, na América Latina. Em um cenário de crise econômica em alguns países, a economia de partilha, do acesso a serviços de baixo custo e de rede, podem favorecer a criação de negócios de impacto social e ambiental que fazem com que a base da pirâmide ou as classes de menor rendimento tenham acesso a produtos e serviços que resolvem os seus próprios problemas (numa clara referência ao articulado das dimensões econômica, social e ambiental).

Os Princípios que regem a Agenda 2030 são (PNUD Costa Rica, 2017):

- *Não deixar ninguém para trás*: é a visão de futuro, ambiciosa e transformadora, da Agenda 2030. Os ODS e as suas metas devem ser alcançados por todos os países, mas também devem ser fortalecidos os esforços para que os ODS cheguem primeiro a minorias ou pessoas potencialmente desfavorecidas, tais como mulheres, indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, jovens, LGBTQI (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo*), entre outros. Isso implica a análise de políticas, legislação e estratégias nacionais, setoriais e locais, para a inclusão e impacto nesses grupos populacionais;

- *Universalidade*: a Agenda 2030 considera o envolvimento de todos os países, levando em conta as suas realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, assim como as suas políticas e prioridades nacionais. Os esforços para converter as metas em ações nacionais devem ser guiados pelas aspirações globais da Agenda 2030, mas considerando uma estratégia própria de desenvolvimento do país e das suas prioridades;
- *Integralidade e indivisibilidade*: a implementação da Agenda 2030 deve levar em consideração a interconexão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as suas metas e as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma integrada (social, económica e ambiental). Isso implica analisar como são desenhadas e aplicadas as políticas de desenvolvimento para refletir essa integração e interconexão (sem selecionar cada objetivo de forma isolada) à luz das sinergias programáticas, orçamentárias e setoriais para maximizar recursos e esforços;
- *Enfoque inclusivo e participativo*: requerem a participação de todos os atores e todas as pessoas representantes das populações mais vulneráveis da sociedade na adaptação dos ODS ao contexto nacional, regional e local; na implementação, na monitorização e na prestação de contas da Agenda 2030;
- *Apropriação nacional*: os ODS terão que se adaptar ao contexto de cada país para definir metas nacionais em função das circunstâncias e prioridades. A Agenda 2030 reconhece explicitamente a importância dos países se apropriarem das estratégias de desenvolvimento, abordando vetores estruturais ao mesmo tempo que se mantém uma margem de manobra para estabelecer políticas e prioridades nacionais;
- *Foco baseado nos Direitos Humanos*: os ODS aspiram a tirar as pessoas do medo e da escassez, o que somente é possível se os governos respeitarem, salvaguardarem e promoverem todo o arcabouço de Direitos Humanos sob os princípios da universalidade, igualdade e sem discriminar as pessoas.

O núcleo da Agenda são os 17 Objetivos integrados e indivisíveis. Desde 2015 estão sendo implementados os seguintes objetivos (PNUD/BRASIL e IPEA, 2018), conforme figura 1, que lista os ODS.

Figura 1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: UN Communication Material

Mesmo direcionados primariamente a governos, os ODS são projetados para reunir uma ampla escala de organizações e moldar as prioridades e aspirações para os esforços de desenvolvimento sustentável em torno de uma estrutura comum. Mais importante, os ODS reconhecem o papel principal que os negócios podem e devem ter no alcance das metas. (Barros e Gouveia, 2019).

Os ODS explicitamente convocam todas as empresas a utilizar a sua criatividade e inovação para resolver os desafios de desenvolvimento sustentável. O artigo 67 da declaração que aprovou a agenda 2030, acordado por todos os 193 Estados Membro das Nações Unidas, ressalta que: *“a atividade empresarial, investimento e inovação são os principais vetores de produtividade, crescimento económico inclusivo e a criação de empregos. Reconhecemos a diversidade do setor privado, desde microempresas até cooperativas e multinacionais.”* (Nações Unidas, 2018).

Amina J. Mohammed, vice-secretária-geral das Nações Unidas, incentivou empresas de todos os lugares a se comprometerem: *“como um primeiro passo fundamental em suas jornadas de sustentabilidade, precisamos que as empresas garantam que estão fazendo negócios de forma responsável, em alinhamento aos valores da ONU e aos dez princípios do Pacto Global. Um compromisso internacional de fazer negócios com responsabilidade é uma das contribuições mais poderosas que as empresas podem fazer para a Agenda 2030”.* (Nações Unidas, 2018, s/p).

Na medida em que os ODS formam a agenda global para o desenvolvimento das nossas sociedades, eles permitirão que empresas líderes demonstrem como os seus negócios contribuem, tanto minimizando os impactos negativos quanto maximizando os impactos positivos. Cobrindo uma ampla gama dos tópicos de desenvolvimento sustentável relevantes para as empresas – tais como pobreza, saúde, educação, mudanças climáticas e degradação ambiental – os ODS podem ajudar na conexão de estratégias de negócios com prioridades globais.

Para auxiliar as empresas a implementar os ODS a Rede Mundial do Pacto Global, instituída pela ONU em 2000, para praticar a sustentabilidade empresarial, desenvolve diversas ações e seminários voltados a mobilizar a comunidade empresarial do mundo para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos em suas práticas de negócios. São quase 13 mil signatários articulados em mais de 160 países. Fazem parte pequenas, médias e grandes empresas, além de organizações da sociedade relacionadas ao setor privado. (Pacto Global Brasil, s/d).

A Rede do Pacto Global (UN Global Compact, s/d) é um projeto operado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas de gestão. É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras (Pacto Global Brasil, 2016).

Para orientar as empresas, a respeito de como elas podem alinhar as suas estratégias, mensurar e administrar sua contribuição para o atingimento dos ODS a

Rede do Pacto Global criou o guia SDG Compass (2016), o qual reconhece a responsabilidade de todas as empresas – independentemente do porte, setor ou de onde estas operam – em cumprir toda a legislação relevante, manter os padrões mínimos reconhecidos internacionalmente e respeitar os direitos universais. Assim, o guia trata da vinculação dos ODS nas estratégias das empresas a partir de cinco passos, conforme abaixo (Pacto Global Brasil, 2016) e seguindo um guia para alinhar as estratégias das organizações com os objetivos de desenvolvimento sustentável (SDB Compass, 2016):

1. *Entendendo os ODS*: as organizações são auxiliadas na familiarização com os ODS;
2. *Definindo prioridades*: as organizações são incentivadas a definir as suas prioridades com base numa avaliação do seu impacto positivo e negativo, atual e potencial nos ODS através das suas cadeias de valor;
3. *Estabelecendo metas*: mediante o alinhamento dos objetivos da organização com os ODS, a administração pode demonstrar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável;
4. *Integração*: integração da sustentabilidade no negócio principal e na governança da organização, com incorporação das metas de desenvolvimento sustentável em todas as funções da organização, é a chave para atingir as metas estabelecidas;
5. *Relato e comunicação*: a organização é incentivada a incorporar os ODS na sua comunicação e relatórios com as outras partes interessadas (stakeholders).

O SDG Compass (2016) recomenda que a empresa considere toda a cadeia de valor – desde a base de abastecimento e logística de entrada, passando pela produção e operações, até à distribuição, uso e fim da vida dos produtos – como o ponto inicial para a avaliação do impacto e definição das prioridades. Com este mapeamento da cadeia de valor para identificar áreas com grande probabilidade de impactos negativos ou positivos nas questões que os ODS representam, é possível considerar os impactos atuais e a probabilidade de impactos futuros –o SDG Compass apresenta um documento com as directrizes para a implementação dos ODS na estratégia de negócios (Pacto Global Brasil, 2016).

A figura 2 apresenta um exemplo do esforço a realizar; no contexto do passo 2, definindo as prioridades para a organização, é necessário mapear a cadeia de valor para identificar as áreas de impacto, de acordo com o ilustrado.

Figura 2. Mapeamento dos ODS na cadeia de valor



Fonte: Pacto Global Brasil, 2016.

3. A Relação Íntrinseca dos ODS e os Pequenos Negócios

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU número 3 refere: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (Pacto Global Brasil, 2016, p. 9). Apesar dos avanços na universalização dos serviços básicos de saúde, de acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde, por exemplo, aproximadamente 30% da população da América Latina ainda não tem acesso a esses serviços (OPAS, 2017). No Brasil e em outros países surgem inúmeras *startups* digitais que, por meio de parcerias com profissionais de saúde qualificados, oferecem acesso digital à serviços de marcação de consultas e exames médicos de boa qualidade a preços acessíveis para a população de baixo rendimento que não tem acesso a planos de saúde.

Quanto ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 – “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (Pacto Global Brasil, 2016, p. 9), segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, muitos habitantes que recentemente saíram da linha da pobreza correm o risco de voltar a

serem novamente considerados pobres. Eles fazem parte da população global de 220 milhões de pessoas que ganham o suficiente para não serem oficialmente consideradas “pobres” (ganhando US\$ 4 por dia), mas que também não ganham o suficiente para serem considerados classe média (ganhando US\$ 10 por dia) (WBG, 2018). O grande risco é o emprego informal. No ambiente de crise há um acentuado aumento dos empregos informais, ameaçando a qualidade das relações de trabalho. Nesse contexto, nascem, por exemplo, nas periferias brasileiras, plataformas de recrutamento e seleção que aproximam rapidamente desempregados com as necessidades das empresas para serviços básicos da construção, limpeza, segurança, jardinagem e outros. Com uma pequena taxa de cadastro, o desempregado participa num processo seletivo online de avaliação de pré-requisitos, a partir de um conjunto de informações focado nos interesses das partes.

Outras oportunidades de soluções inovadoras de impacto social podem minimizar ou resolver vários desafios relacionados aos objetivos de desenvolvimento sustentável. É necessário que haja a sistematização de práticas sustentáveis em cadeias de valor para potencializar a inserção de pequenos negócios inovadores que atendem às necessidades dos stakeholders e ao mesmo tempo resolvam problemas globais. Esta discussão foi aprofundada em Barros e Gouveia (2019), que apresenta e discute a inovação social, o seu impacto, escala e desenvolvimento sustentável, defendendo também a importância das políticas públicas para a dinamização deste sector de atividade.

Ora é precisamente neste contexto, que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que apoia a economia dos pequenos negócios no Brasil, incluiu como um dos eixos estratégicos de atuação – promover o apoio aos pequenos negócios em alinhamento com os 17 ODS, nas Diretrizes Estratégicas de Atendimento aos Negócios de Impacto Social (SEBRAE, s/d). Esses negócios inovadores buscam gerar por meio da operação do seu próprio *core business* impacto social positivo, ou seja, sua atividade principal beneficia diretamente a sociedade, devendo impactar pessoas das classes C, D e E e/ou pessoas da classe A e B, mas sobretudo impactar a Base da Pirâmide (BOP), ou seja, as camadas sociais mais pobres da população. Eles se diferenciam por algumas características fundamentais:

- A atividade principal do empreendimento gera impacto social e/ou ambiental, ou seja, não se trata de um projeto ou iniciativa separada do negócio, e sim de sua atividade principal;
- Apresenta inovação no modelo de negócio digital ou tradicional (por exemplo, no modelo de distribuição, no produto ou serviço, no sistema de precificação);
- Além disso, são modelos de negócios lucrativos que oferecem soluções escaláveis e o empreendedor e a sua equipe tem o comprometimento de melhorar a qualidade de vida das populações de menor renda.
- Por fim, tem viabilidade económica estruturada por meio de um modelo que garante a rentabilidade a partir da comercialização de produtos ou serviços e não apenas de doações e subsídios e possui um formato de gestão tende a ser inovador e horizontal.

O Sebrae e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD atuam conjuntamente para implementação do Projeto INCLUIR – Fortalecimento dos negócios inclusivos e sociais no Brasil e, em 2017, premiaram 10 iniciativas de impacto social e ambiental nas categorias juventude de impacto, solução de impacto para a melhor idade, negócio inclusivo em cadeia de valor, negócio inclusivo em escala, negócio de impacto rural, startup de impacto social, startup de impacto ambiental, mulheres de impacto, ideia inovadora de impacto, além de uma categoria especial que destacou a maior integração dos ODS ao modelo de negócio. As histórias inspiradoras estão publicadas na plataforma Incluir (Plataforma Incluir, s/d) e no site do Sebrae, sobre negócios de impacto social (Sebrae NIS, s/d).

O crescente interesse geral sobre geração de valor social e ambiental das empresas também está a fomentar a expansão de investimentos de impacto na América Latina, conforme verificado pelo aumento de plataformas colaborativas de acesso a capital para empreendedores sociais e o aumento de fundos de investimentos de impacto com foco em resultados sociais para a melhoria da sociedade.

De um modo genérico, para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, defendemos que o empreendedorismo pela via dos negócios de impacto social e ambiental representa um papel fundamental na implementação da Agenda 2030. Além da sustentabilidade financeira, agrega-se ao modelo de negócio a sustentabilidade social e ambiental, pela inovação de serviços intensos em impacto positivo e de baixo custo para as populações de menor rendimento. A escalabilidade desses modelos inovadores poderá vir a ser alcançada por alianças estratégicas de prestação de serviços empresariais e governamentais em cadeias de valor, identificando lacunas de oportunidades onde os impactos positivos se multiplicam rapidamente para as comunidades de baixo rendimento.

A transformação digital chegou às organizações para acelerar o processo de desenvolvimento e reposicionamento dos pequenos negócios em vários mercados – nomeadamente pela vulgarização e adoção sistemática de plataformas digitais. Percebe-se que além das relações B2B (*business to business*), B2C (*business to costumers*) e B2G (*business to governament*), estamos falando também das relações M2M (*Machine to Machine*), aproximando distâncias de cadeias completas. Uma ligação que une os elos produtivos das cadeias de valor chamado de ponta a ponta, ou de extensão à extensão (*extension2extension*) é necessário para a aceleração digital dos pequenos negócios. Naturalmente, as organizações e as suas próprias atividades terão um conteúdo diferente dependendo da natureza do produto ou serviço digital a serem oferecidos, fazendo com que a geração de inteligência coletiva seja mais rápida, menos hierárquica e mais horizontal.

Já segundo Nicholas Negroponte, no seu livro A vida digital:

Se você tem alguém que lhe conhece bem e partilha da maioria das informações de que você dispõe, essa pessoa pode agir em seu nome com bastante eficiência. Se a sua secretária adoecer, não faria a menor diferença a agência de empregos mandar Albert Einstein para a substituir. O que importa aqui não é o QI, mas o conhecimento partilhado e a prática de o utilizar de acordo com o seu interesse.” (Negroponte, 2002, p. 145).

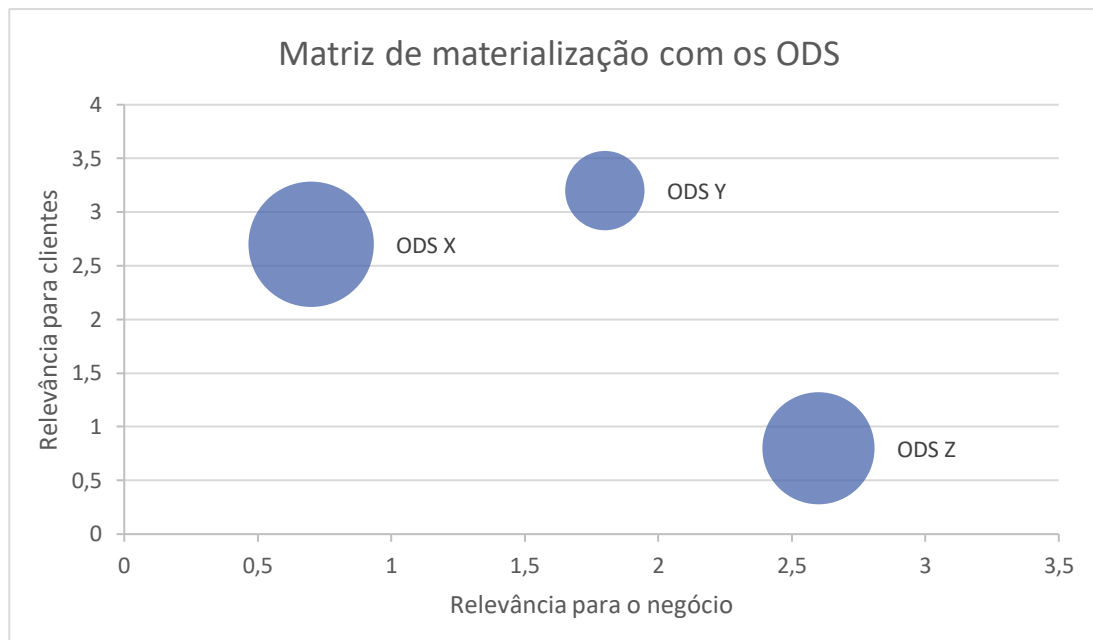
O autor propõe que é possível desenvolver computadores ou agentes de interface “inteligentes”, capazes de partilhar informação e (re)conhecer o ser humano com quem interage – tornando o contexto como elemento chave de todo o processo. “Os *agentes de interface precisam de aprender a evoluir ao longo do tempo, como nossos amigos e assistentes humanos*” (Negroponte, 2002, p. 149) – passados quase duas décadas, estas promessas são já uma realidade.

Com a transformação digital, entender a cadeia de valor interna de uma organização passa por exigir atenção e conhecimentos desde redes e conectividade, infraestrutura, padronização de dados, processos de trabalho, gestão de riscos e também de gestão de pessoas e marketing. Nessa mudança de valor do tradicional para o digital, precisaremos de unir o capital social, intelectual e humano dos pequenos negócios com o capital que se gera no território como um todo, a partir da integração de *stakeholders* em projetos de inteligência coletiva para o desenvolvimento sustentável.

A construção de uma matriz de associação de valor que demonstre a relação direta dos modelos de negócios inovadores e dos seus propósitos com os desafios globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é uma forma de demonstrar, mais claramente, a vinculação do seu propósito de um modo mais coletivo e global. O negócio desenvolvido entre os *stakeholders* e vinculado a um ou mais ODS representa valor e comprometimento do público alvo para o alcance de resultados mais amplos, que extrapolam os muros das organizações. Agrega-se a necessidade de incluir indicadores de avaliação de impacto alinhados ao propósito da transformação que se deseja alcançar para a comunidade beneficiada, a partir do estímulo para a mensuração do impacto coletivo pelos *stakeholders*.

A figura 3 apresenta uma proposta para a matriz de materialização de valor para os ODS assumidos como missão dos pequenos negócios e dos seus clientes. No caso em exemplo, situando três ODS em relação ao valor e significado para os clientes e para o negócio. É assim proposto um espaço de partilha de valor que cruza os *stakeholders* num processo de valor acrescentado.

Figura 3. Ilustração da matriz de materialização de valor para os ODS



Fonte: Elaboração própria

O objetivo é fornecer informações que reflitam os impactos económicos, sociais e ambientais dos ODS para os pequenos negócios e os seus clientes e *stakeholders*, materializando o valor associado. Os ODS com maior relevância serão os considerados para mensuração. A partir daí as atividades que forem relatadas devem refletir os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização, ou que, de algum modo, possam influenciar o processo decisório dos *stakeholders*.

Na matriz, os resultados sobre a vinculação com os ODS, terão associados um nível de relevância apontado pela matriz de materialização para perceber os objetivos que mais influenciam o negócio e os seus clientes.

Para que a matriz seja elaborada, deve verificar-se a relação de relevância entre o conjunto dos 17 ODS e os respetivo(s) modelo(s) de negócio(s). No final, serão organizados os ODS, de acordo com os que mais se alinham ao propósito de cada empresa, a partir do nível de relevância. A Matriz poderá ser usada para apoiar na criação de um mapa de Alinhamento dos ODS à estratégia de atuação do(s) negócio(s).

A figura 4, apresenta um exemplo de Matriz para avaliação dos ODS e a sua relevância para o(s) negócio(s).

Figura 4. Estrutura da matriz de avaliação de valor para os ODS

Iniciativas	Critérios	ODS	Metas	Nível de Relevância	Indicadores

Fonte: Elaboração própria

4. Exemplo de Aplicação aos Negócios de Impacto Social e Ambiental

Segundo o Sebrae, os negócios de impacto social e ambiental são negócios caracterizados pelas seguintes propriedades (Sebrae NIS, s/d):

- A sua motivação principal é minimizar um problema social e ambiental, isto é, possuem a missão explícita de causar impacto social positivo;
- Tem viabilidade econômica baseada num modelo que garanta rentabilidade a partir da comercialização de produtos e/ou serviços, e não apenas de doações e subsídios;
- Estão comprometidos em melhorar a qualidade de vida da população de baixo rendimento;
- A sua atividade principal gera impacto social;
- Apresentam inovação no modelo de negócio digital ou tradicional;
- Possuem potencial de alcançar escala e operar de maneira eficiente;
- Tem uma oferta de produtos e serviços de qualidade e com preços acessíveis, que contribuem diretamente para aumentar o acesso dos grupos de baixo rendimento a oportunidades e atendimento de necessidades básicas em saneamento, alimentação, energia, saúde e habitação;
- Tem oferta de produtos e serviços que melhoram a produtividade dos mais excluídos, contribuindo indiretamente para o aumento do seu rendimento como, por exemplo, equipamentos de custo mais baixo, venda de tecnologias e acesso a crédito produtivo.

Os três pilares regem a Estratégia Nacional de Atuação Sebrae para os Negócios de Impacto Social e Ambiental do Sebrae, no contexto da sua atuação no Brasil, são (Sebrae NIS, s/d):

- Desenvolver modelos inovadores que possam atender a sociedade de forma mais abrangente e sustentável;
- Incrementar a produtividade nas cadeias de valor;
- Assegurar o desenvolvimento das comunidades que servem, com melhores condições socioambientais.

A figura 5 ilustra o preenchimento da matriz de materialização de valor para ODS, proposta na figura 4, tomando como exemplo, o objetivo de desenvolvimento sustentável 1. Erradicar a Pobreza – “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (Pacto Global Brasil, 2016, p. 9).

Figura 5. Exemplo de uma matriz de materialização de valor para negócios de impacto social e ambiental

Iniciativas	Critérios	ODS	Metas ODS	Nível de Relevância	Indicadores
Estratégia Negócios de Impacto Social e Ambiental	Atende a comunidades vulneráveis e de menor rendimento onde a pobreza extrema é mais evidente	1 Erradicar a Pobreza	1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia – DIRETA	2	1.1 número de pessoas beneficiadas por negócios de Impacto nos projetos de atendimento
			1.2 até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais (BR) – DIRETA	1	1.2 número de pessoas beneficiadas por negócios de Impacto nos projetos de atendimento
			1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais a recursos económicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e a outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias	3	N/A

			apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças – INDIRETA		
Média para o nível de Relevância para o modelo de negócio				2.0	

Fonte: Elaboração própria

O nível de relevância para os clientes e *stakeholders* dos negócios de impacto acerca do ODS 1 passa a ser medido pelo preenchimento desta matriz pelos utilizadores.

5. Considerações finais

Diante da realidade da transformação digital, fazer investimentos públicos em tecnologias de informação e comunicação, implantando novas interfaces e interações homem-máquina e fazendo com que as operações sejam mais acessíveis para as camadas de menor rendimento, significa universalizar o acesso e minimizar desigualdades, com foco na geração de inteligência coletiva e atuação integrada de *stakeholders* em prol do desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios.

Portanto, cada vez mais será necessário criar ambientes que permitam a aprendizagem e partilha, bem como a colaboração para projetos de inteligência coletiva, levando em consideração a competitividade do conhecimento produzido nas comunidades e empresas que se constituem em redes de cooperação (de dentro e fora das organizações, nos modelos analógico e digital), e que são focadas em determinada estratégia para produzir conhecimento, riqueza e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, temos o desafio definido pela Agenda 2030 e a possibilidade de adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como estratégia que potencie uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável, para o alcance de resultados coletivos e de alto impacto social e ambiental para a vida das pessoas, das empresas e do nosso planeta. Os modelos de negócio(s) inovadores que desenvolverem os seus *core businesses* associados a um ou mais ODS, tem o poder de multiplicar os impactos positivos gerados em cadeias de valor e alcançar um posicionamento diferenciado em mercados, produzindo valor agregado em escala na resolução de problemas globais e também, parece claro, fortalecendo o território e as suas comunidades.

Referências

Barros, V. e Gouveia, L. (2019). Inovação Social, Impacto, Escala e Desenvolvimento Sustentável. Fevereiro. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sebrae Nacional. Brasília.

Brasil. (2016). Decreto n. 8.892, de 27 de out. de 2016. Cria a comissão nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm> [Consultado em 15/11/2018].

Cavalcanti, M. (2007). *O conhecimento em rede: como implantar projetos de Inteligência Coletiva*. Rio de Janeiro, Elsevier.

Guterres, A. (2018). UN Secretary-General Antonio Guterres's Video Message: An Alert for the World on New Year – 1 January 2018. [Em linha] Disponível em <<https://unicdhaka.org/2017/12/31/un-secretary-general-antonio-guterres-video-message-an-alert-for-the-world-on-new-year-1-january-2018/>> [Consultado em 15/11/2018].

Ibase. (2018). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão longe de serem alcançados no Brasil. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Publicado em 11 de junho. [Em linha]. Disponível em <<http://ibase.br/pt/noticias/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-estao-longe-de-serem-alcancados-no-brasil/>> [Consultado em 15/11/2018].

Ibge. (2018). ODS no IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Em linha]. Disponível em <<https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=ODSnoIBGE>> [Consultado em 05/12/2018].

Lévy, P. (2000). *Cibercultura*. 2ª edição. São Paulo, Editora 34.

Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4ª edição. São Paulo, Loyola.

Nações Unidas. (1986). Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento. Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas. 4 de dezembro.

Nações Unidas. (2018). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. [Em linha]. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. [Consultado em 15/11/2018].

Negócios de Impacto Social (NIS). Sebrae. [Em linha] Disponível em <www.sebrae.com.br/negociosdeimpactosocial> [Consultado em 15/11/2018].

Negroponte, N. (1995). *A vida digital*. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras.

Nesta (2019). The Collective Intelligence Design Playbook. [Em linha] Disponível em <<https://www.nesta.org.uk/toolkit/collective-intelligence-design-playbook/>> [Consultado em 25/01/ 2019].

OPAS. (2017). Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde nas Américas+, Edição de 2017. Resumo do panorama regional e perfil do Brasil. Washington, D.C. [Em linha] Disponível em <<https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2017/wp-content/uploads/2017/09/SA-2017-pt.pdf>> [Consultado em 12/11/2018].

Pacto Global, Rede Brasil. [Em linha] Disponível em <www.pactoglobal.org.br> [Consultado em 15/11/2018].

Plataforma INCLUIR. PNUD/Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [Em linha] Disponível em <www.iniciativaincluir.org.br> [Consultado em 15/11/2018].

PNUD/Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil. Antecedentes. [Em linha] Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/background.html>>. [Consultado em 15/11/2018].

PNUD/Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil & IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Plataforma Agenda 2030. [Em linha] Disponível em <<http://www.agenda2030.com.br/ods/1/>> [Consultado em 15/11/2018].

PNUD/Costa Rica (2017). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Costa Rica. Guia de orientación para las organizaciones políticas y la ciudadanía: articulando los programas de gobierno con la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible. San Jose: PNUD. Publicação adaptada para o Brasil pela Equipe de País da ONU no Brasil. Tradução: Guilherme Larsen e Thaís Barbosa. Sistema ONU Brasil, 2018.

Rede Brasil do Pacto Global. SDG Compass – diretrizes para implementação dos ODS na estratégia de negócios. [Em linha] Disponível em <https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuguese.pdf> [Consultado em 15/11/2018].

SDG Compass. (2016). Sustainable Development Goals Compass. [Em linha] Disponível em <<https://sdgcompass.org/>> [Consultado em 15/11/2018].

Sebrae (2016). Diretrizes Estratégicas: O Sebrae no Atendimento aos negócios de impacto social – versão 2.0. [Em linha]. Disponível em <www.sebrae.com.br/negociosdeimpactosocial> [Consultado em 15/11/2018].

Sebrae (s/d). Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. [Em linha]. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>> [Consultado em 15/11/2018].

Sebrae NIS (s/d). O que são negócios de impacto social e como eles funcionam. [Em linha]. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> [Consultado em 15/11/2018].

UN Global Compact. A rede do Pacto Global, United Nations network. [Em linha]. Disponível em <<http://www.unglobalcompact.org>> [Consultado em 12/11/2018].

WBG. (2018). Poverty and Shared Prosperity 2018. Piecing Together The Poverty Puzzle. World Bank Publications. The World Bank Group. [Em linha] Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>> [Consultado em 12/11/2018].

ⁱ Professor Catedrático da Faculdade de Ciência e Tecnologia, na Universidade Fernando Pessoa. Possui a Agregação em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade de Aveiro, o Doutoramento em Ciências da Computação na Universidade de Lancaster (Inglaterra) e é Mestre em Engenharia Electrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

ⁱⁱ Administradora de Empresas, especialista em Gestão de Pequenos Negócios (FIA-USP), Gestão de Pessoas (Cândido Mendes – RJ) e Gestão de Projetos (FGV–SP). Doutoranda em Ciências da Informação com foco em Sociedades em Redes, pela Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, sob orientação do Professor Doutor Luis Borges Gouveia. Analista Senior da Unidade de Inovação – Núcleo Negócios de Impacto Social e Ambiental do Sebrae Nacional no Brasil